



ARTIGO ORIGINAL

Educação financeira: um estudo de caso sobre o planejamento financeiro dos servidores públicos do município de Marizópolis-PB

Financial education: a case study on the financial planning of public employees in the city of Marizópolis-PB

Educación financiera: un estudio de caso sobre la planificación financiera de los funcionarios públicos del municipio de Marizópolis-PB

Gustavo Soares de Abreu¹, Afrânio Souto Duque de Abrantes²

1- Faculdade São Francisco da Paraíba, FASP, Cajazeiras, Paraíba, Brasil.

Autor Correspondente

Nome: Gustavo Soares de Abreu

E-mail: gsoares268@gmail.com

Resumo:

Este estudo teve por objetivo evidenciar o planejamento financeiro pessoal dos servidores públicos do município de Marizópolis-PB, bem como avaliar seu nível de endividamento e alternativas de investimentos realizadas pelos mesmos. Para isso, foi adotada uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa-quantitativa, aplicada por meio de um levantamento, utilizando de um questionário fechado elaborado no *Google Forms*. Os resultados obtidos evidenciaram que a maior parte dos respondentes fazem parte de um núcleo familiar, onde dependem de apenas um salário mínimo para honrarem com seus compromissos, com um nível de educação financeira médio. Em relação ao planejamento pessoal, é destacado que maior parte não o pratica de forma eficiente e utilizam do caderno de anotações como principal ferramenta para controle de gastos. Apesar de que a maioria afirma não estarem endividados, foi evidenciado que a maior parte de seus rendimentos mensais estão comprometidos com obrigações, além disso, poucos buscam alternativas para contornar essa situação, como realizar algum tipo de investimento, e não possuem uma reserva de emergência, o que os coloca em uma situação de risco em casos imprevistos de qualquer natureza. Diante disso, é possível compreender a importância de um planejamento financeiro eficiente para o desenvolvimento pessoal, econômico e social do indivíduo, bem como a dificuldade de acesso da sociedade a educação financeira.

Palavras-chave: Finanças Pessoais; Planejamento Financeiro; Educação Financeira.

Abstract:

This study aimed to highlight the personal financial planning of civil servants of the city of Marizópolis-PB, as well as to assess their level of indebtedness and investment alternatives made by them. For this, a descriptive research was adopted, with a qualitative-quantitative approach, applied by means of a survey, using a closed questionnaire prepared in Google Forms. The results obtained showed that most respondents are part of a family nucleus, where they depend on only a minimum wage to honor their commitments, with an average level of financial education. In relation to personal planning, it is highlighted that most of them do not practice it efficiently and use a notebook as their main tool to control their expenses. Although the majority states that they are not in debt, it was evidenced that most of their monthly income is committed with obligations, in addition, few seek alternatives to circumvent this situation, such as making some kind of investment, and do not have an emergency reserve, which puts them in a risky situation in case of unforeseen events of any nature. Given this, it is possible to understand the importance of efficient financial planning for the personal, economic and social development of the individual, as well as the difficulty of access by society to financial education.

Key words: Personal Finance; Financial Planning; Financial Education.

Resumen:

Este estudio pretendía poner de manifiesto la planificación financiera personal de los funcionarios del municipio de Marizópolis-PB, así como evaluar su nivel de endeudamiento y las alternativas de inversión que realizan. Para ello, se



adoptó una investigación descriptiva, con enfoque cualitativo-cuantitativo, aplicada a través de una encuesta, utilizando un cuestionario cerrado elaborado en *Google Forms*. Los resultados obtenidos mostraron que la mayoría de los encuestados forman parte de un núcleo familiar, donde sólo dependen de un salario mínimo para cumplir con sus compromisos, con un nivel medio de educación financiera. En relación con la planificación personal, se destaca que la mayoría no la practica de forma eficiente y utiliza la libreta como principal herramienta para controlar el gasto. Aunque la mayoría dice no estar endeudada, se evidenció que la mayor parte de sus ingresos mensuales están comprometidos con obligaciones, además, pocos buscan alternativas para sortear esta situación, como hacer algún tipo de inversión, y no cuentan con una reserva de emergencia, lo que los pone en una situación de riesgo en casos de imprevistos de cualquier naturaleza. Ante esto, es posible comprender la importancia de una planificación financiera eficiente para el desarrollo personal, económico y social del individuo, así como la dificultad de acceso de la sociedad a la educación financiera.

Palabras clave: Finanzas personales; Planificación financiera; Educación financiera.

1 INTRODUÇÃO

O tema educação financeira vem se tornando cada vez mais importante, e não apenas para os investidores. Está se tornando essencial para a família moderna tentar decidir como equilibrar seu orçamento, adquirir bens, financiar a educação dos filhos e garantir uma renda para a aposentadoria.

Aliado a isto, as constantes mudanças no cenário econômico e financeiro no Brasil e no mundo obrigam os indivíduos a desenvolverem formas mais eficientes de lidar com as questões financeiras, considerando o fato de que o contato com o dinheiro é algo bastante recorrente, presente tanto no ambiente familiar, quanto no profissional, o que requer preparo dos indivíduos para lidar com questões como essas (SANTOS, 2014).

Nesse sentido, o planejamento financeiro é algo fundamental para os indivíduos que desejam adquirir ou manter bens e valores monetários, pois consiste em um conjunto de procedimentos e estratégias que auxiliam nas tomadas de decisão para que seja possível atingir tais objetivos (OLIVEIRA; SILVA, 2017).

Ademais, entende-se que a qualidade nas decisões financeiras pode influenciar diretamente na economia, estando ligadas a essa questão problemas como: inadimplência, endividamento familiar e falta de planejamento de longo prazo (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

Apesar da relevância do planejamento financeiro pessoal, para os brasileiros ainda é uma problemática constante, uma vez que não possuem cultura práticas de planejamento em longo prazo, o que proporciona maiores níveis de endividamento (ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE, 2005). Diante disso, a pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor (PEIC) realizada em 2020, demonstrou uma média anual de 66,5% para o total de famílias endividadas no país, um percentual preocupante, e dentre as maiores dívidas das famílias, o tipo de dívida mais citado foi com o cartão de crédito,



com uma média anual de 78% (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2020).

No cenário público, não é diferente do citado acima, pois segundo Peixoto e Souza (2019), os servidores públicos demonstram ausência de planejamento financeiro, ocasionando uma má gestão dos seus recursos e consequentemente os levando ao endividamento.

Com base nisso, Temóteo (2018) afirma que diante das dificuldades de honrar com seus compromissos, os servidores públicos estão ficando cada vez mais endividados, e como consequência disso, ocorrendo um aumento expressivo nas operações de crédito consignado. Desse modo, percebe-se a importância do planejamento financeiro pessoal para os servidores públicos.

Outrossim, uma característica do trabalho dos servidores públicos é a segurança que ele apresenta, ou seja, demonstra maior segurança financeira, uma vez que empresas fornecedoras de crédito veem o cargo público como uma renda garantida, lhes dando maior segurança e propiciando a aquisição de linhas de crédito facilitadas (DA SILVA; SILVA NETO; ARAÚJO, 2017) o que acaba por atuar de forma negativa quanto ao comprometimento financeiro dos indivíduos.

Com base nisso, o problema do estudo pode ser descrito da seguinte forma: Como os servidores da prefeitura de Marizópolis-PB planejam suas finanças? Para responder a esse questionamento, este estudo tem por objetivo evidenciar o planejamento pessoal e educação financeira dos servidores, bem como avaliar seu nível de endividamento e alternativas de investimentos realizadas pelos mesmos.

Esta pesquisa se justifica por se tratar de um tema de grande relevância pois impacta diretamente na qualidade de vida das pessoas, fazendo-se necessário entender a funcionalidade e os instrumentos necessários para administrar as finanças pessoais. Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa contribui para aqueles que demonstram interesse no tema, fornecendo novos conhecimentos dentro da área de finanças pessoais, podendo ser aplicados tanto na vida pessoal, quanto profissional.

2 MATERIAL E MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa-quantitativa, seguindo o modelo de aplicação em levantamento ou *survey*, sendo realizado na prefeitura municipal de Marizópolis – PB. A população escolhida para este estudo é composta por 53 servidores públicos do município de Marizópolis e trata-se de uma amostra não probabilística, selecionada por conveniência, atendendo ao critério de inclusão: estar em pleno exercício de sua função.



O instrumento utilizado para a coleta de dados corresponde a um questionário elaborado pelo pesquisador, composto por 14 (quatorze) questões objetivas e fechadas, contendo questões relacionadas ao perfil sociodemográfico e financeiro dos respondentes, bem como para responder aos objetivos propostos no estudo.

A coleta dos dados foi realizada por meio de um questionário estruturado no *Google Forms*, de forma agendada, disponibilizado via *e-mail* e pelo aplicativo de mensagens *WhatsApp*. De antemão, houve o devido esclarecimento quanto aos objetivos do estudo e a garantia do sigilo das informações, e deu-se início somente após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise dos dados se deu por meio do software Microsoft Excel®, versão 2019, onde foi realizado um levantamento por meio de técnicas estatísticas descritivas, com indicação de frequência, por meio de tabelas e gráficos, a fim de analisar e demonstrar as características do planejamento financeiro da população escolhida.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1 foram expostos os dados relacionados ao perfil dos respondentes do estudo, destacando o sexo, faixa etária, escolaridade e estado civil.

Tabela 1: perfil sociodemográfico

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual (%)
Sexo	Masculino	28	52,83%
	Feminino	25	47,17%
Faixa Etária	Até 18	1	1,89%
	Entre 20 e 30	20	37,74%
	Entre 30 e 40	12	22,64%
	41 ou mais	20	37,74%
Escolaridade	Superior Completo	19	35,85%
	Superior Incompleto	18	33,96%
	Médio Completo	12	22,64%
	Médio Incompleto	3	5,66%
	Nenhuma das Opções	1	1,89%
Estado Civil	Solteiro(a)	18	33,96%
	Casado(a)	27	50,95%
	União Estável	4	7,54%
	viúvo(a)	0	0,00%
	Separado/Divorciado	4	7,55%
	Outro	0	0,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).



Quanto à caracterização do perfil sociodemográfico dos respondentes, percebeu-se que a maioria alegou ser do gênero masculino (52,83%), enquanto (47,17%) alegaram ser do gênero feminino. Com relação a faixa etária, houve uma boa distribuição, com prevalência de (37,74%) da amostra tanto entre 20 e 30 anos, quanto para 41 anos ou mais.

Em relação a escolaridade, percebeu-se que a maior parte da amostra já possui o ensino superior completo (35,85%) ou ainda se encontram em processo de formação (33,96%), vale ressaltar que dentre todos os respondentes apenas um afirmou possuir uma especialização/mestrado, representando um total de (1,89%) da amostra. Quanto ao estado civil dos servidores, observou-se a predominância das opções de solteiro e casados, correspondendo a (33,96%) e (50,94%) respectivamente.

Nesse sentido, segundo Orozimbo Júnior (2021) o grau de escolaridade é um dado relevante a se considerar, pois pode influenciar diretamente no nível das decisões financeiras do indivíduo, onde a sua falta pode acarretar em uma maior propensão ao endividamento. Araújo *et al.* (2020) também contribui citando que o nível de escolaridade do indivíduo pode auxiliá-lo na melhor gestão do seu dinheiro e planejamento de curto, médio e longo prazo.

Ao se analisar o perfil dos servidores percebeu-se que se trata em sua maioria de pessoas já formadas ou que se encontram em processo de formação, o que pode contribuir positivamente em suas decisões concernentes as suas finanças.

Na tabela 2 é tratado do perfil financeiro dos servidores, onde reflete sua atual situação econômica, no âmbito pessoal e profissional.

Tabela 2: perfil financeiro dos servidores

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual (%)
Faixa Salarial	Até R\$ 1.100,00	25	47,17%
	De R\$ 1.100,00 a R\$ 3.000,00	18	33,96%
	De R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00	8	15,10%
	De R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00	2	3,77%
	Acima de R\$ 10.000,00	0	0,00%
Renda Total da Família	Até R\$ 1.100,00	7	13,21%
	De R\$ 1.100,00 a R\$ 3.000,00	19	35,85%
	De R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00	19	35,85%
	De R\$ 6.000,00 a R\$ 10.000,00	7	13,21%
	Acima de R\$ 10.000,00	1	1,88%
Dependentes (filhos, cônjuge, parente, etc)	Moro Sozinho(a)	2	3,77%
	Um a Três	24	45,28%
	Quatro a Sete	27	50,94%
	Oito a Dez	0	0,00%

Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

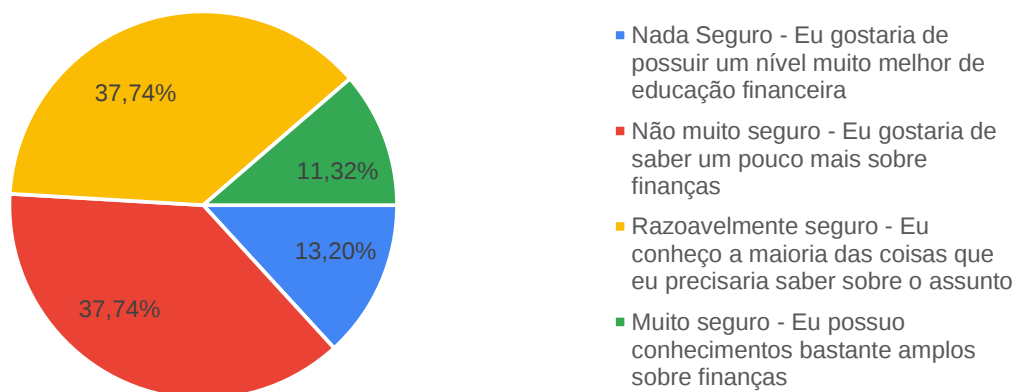


A partir dos dados da tabela 2 é verificado que a maioria dos respondentes possuem um vencimento mensal que varia entre um a quase três salários mínimos, correspondendo a (81,13%) da amostra total. Questionou-se também sobre a renda total da família e os dependentes dessa renda, nesse sentido, constatou-se que (96%) dos respondentes pertencem a um núcleo familiar, composto por até sete pessoas, onde a maior parte dessas famílias possuem uma renda ‘bruta’ entre um até quase seis salários mínimos, com base nisso, é evidenciado que o planejamento financeiro tem como foco a organização familiar.

Ademais, Orozimbo Júnior (2021) cita que por se tratar de um núcleo familiar, pode apresentar um planejamento e dinâmica financeira mais complexas em comparação com uma pessoa solteira que não possui dependentes.

Em seguida, foi perguntado para os respondentes como se sentiam a respeito de seus conhecimentos financeiros, com o objetivo de analisar o nível de educação financeira dos servidores públicos conforme observa-se no gráfico 1.

Gráfico 1 – Nível de conhecimento financeiro dos respondentes.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Os dados demonstram que a maior parte dos respondentes (51%) afirmaram não se sentirem seguros mediante seus conhecimentos financeiros, demonstrando não serem capazes de tomar decisões adequadas no que tange ao planejamento das suas finanças, por outro lado, (49%) afirmaram estarem razoavelmente seguros, evidenciando que possuem conhecimentos e habilidades mínimas necessárias para lidar com questões financeiras diversas.

Acredita-se que os resultados obtidos tem a ver com nível de escolaridade dos indivíduos, Pereira *et al.* (2015) em seu estudo identificaram que a maioria dos egressos afirmam possuir um



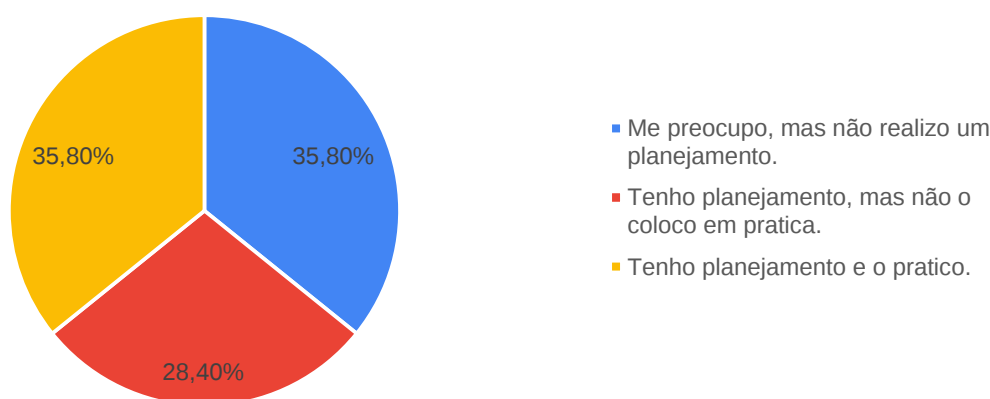
grau de conhecimento sobre finanças mais elevado, adquirido por meio da educação familiar e principalmente na faculdade.

Vale ressaltar que estes resultados corroboram com a preocupação no tocante a dificuldade de acesso da sociedade a conhecimentos de natureza financeira (COSTA *et al.*, 2021), sendo este um problema ainda existente em todas as camadas da sociedade brasileira e pouco explorado (OLIVEIRA; SANTANA, 2019).

A educação financeira é algo importante pois afeta diretamente na qualidade de vida do indivíduo, ajudando-o a gerir seus recursos de forma eficiente, e a falta desse conhecimento é um dos fatores principais que acarretam no endividamento dos indivíduos (PEIXOTO; SOUZA, 2019).

Dando continuidade, foi questionado se os servidores se preocupam com seu planejamento financeiro e com que frequência o praticam como é apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Planejamento financeiro dos servidores.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

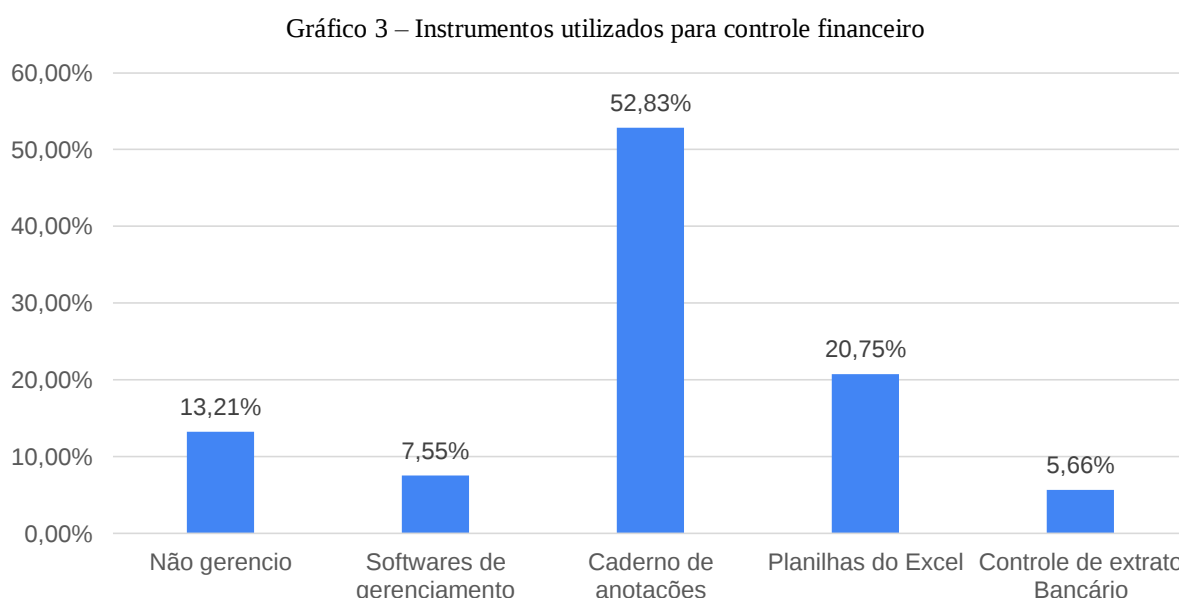
Observando os resultados, constata-se que apenas uma parcela (35,80%) dos respondentes afirmaram terem um planejamento financeiro ao mesmo tempo em que o praticam. Isto acaba por exercer um impacto negativo na vida dos servidores e comprova que os mesmos apresentam dificuldades em planejar e gerenciar suas finanças pessoais (DA SILVA; SILVA NETO; ARAUJO, 2017).

Segundo Cherobim (2011), o planejamento financeiro é a explicitação das formas de como viabilizar os recursos necessários para atingir os objetivos propostos. Nesse sentido, o planejamento financeiro é algo imprescindível e que sempre deverá ser realizado, independentemente de qualquer situação.



Organizar suas próprias finanças faz com que o indivíduo se desenvolva, tanto na esfera pessoal quanto no social, pois além de tomar decisões financeiras mais conscientes, consegue poupar e investir, e tudo isso contribui para a manutenção do bem-estar social (COSTA *et al.*, 2021; MARQUES; TAKAMATSU; AVELINO, 2018).

No gráfico 3 está evidenciado quais os instrumentos de controle são utilizados pelos respondentes para a organização e gerenciamento de suas finanças.



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

No que tange aos instrumentos de controle utilizados pelos servidores, fica evidente que a maioria dos respondentes (52,83%) opta por utilizar um caderno de anotações para auxiliá-los no gerenciamento de suas finanças. No estudo de Santos e Silva (2014) onde buscavam avaliar o planejamento financeiro para a minimização do endividamento, o caderno de anotações também era o método mais utilizado para controle financeiro.

Segundo Sousa e Galvão Júnior (2021), a forma mais eficiente para controle financeiro é por meio de planilhas orçamentárias, apresentando de forma detalhada todas as entradas e saídas de recursos, a fim de entender o fluxo do dinheiro e o seu destino, identificando gastos realmente necessários e despesas supérfluas que podem ser evitadas.

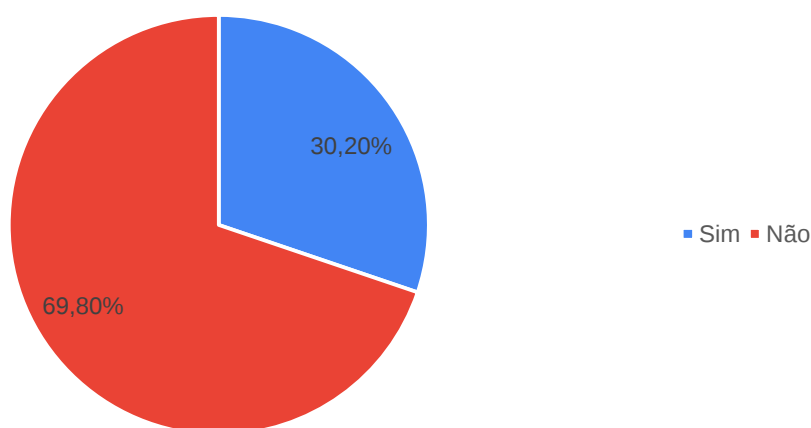
Nesse sentido, para um bom controle financeiro é relevante registrar todas as despesas e receitas realizadas, para se ter um bom planejamento e controle das mesmas no curto, médio e longo prazo.



Vale ressaltar que alguns respondentes (13,21%) afirmaram não utilizarem de nenhum instrumento para o seu controle financeiro, com base nos entendimentos de Santos (2014) percebe-se que essa parcela é a que geralmente demonstra maiores dificuldades no que se trata a aspectos financeiros.

Em seguida, foi questionado aos servidores se os mesmos se consideram endividados e os resultados estão evidentes no gráfico 4.

Gráfico 4 – Endividamento dos Respondentes



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

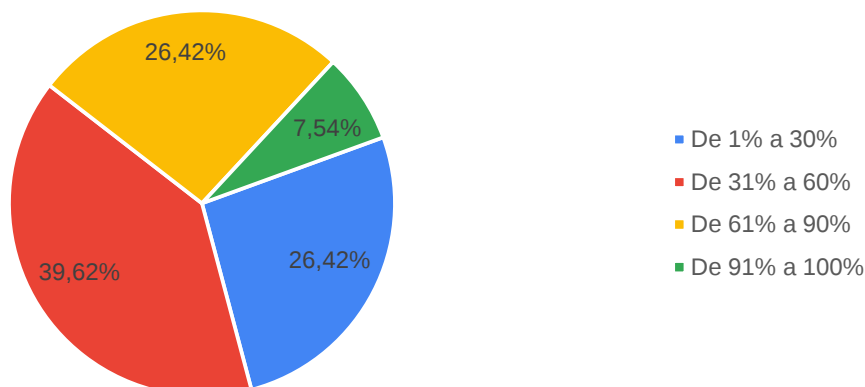
A partir dos dados obtidos percebe-se que a maioria (69,80%) dos respondentes afirmaram não se considerarem endividados, nesse sentido, na perspectiva dos servidores, os mesmos se consideram estar em uma situação financeira favorável, o que os coloca numa situação de baixa propensão ao endividamento.

Do mesmo modo (30,20%) dos servidores afirmaram estarem endividados, e um dos possíveis motivos para isso segundo Santos e Silva (2014), é a falta ou a má gestão do seu planejamento financeiro pessoal.

Ademais, para uma visão mais detalhada entre o planejamento dos respondentes e seu endividamento, foi questionado sobre qual o percentual de seus rendimentos mensais que estão comprometidos com prestações/obrigações, os resultados são retratados no gráfico 5.



Gráfico 5 – Percentual de rendimentos comprometidos com prestações/obrigações



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Os resultados obtidos demonstram que há uma contradição em relação aos resultados do questionamento anterior, pois a grande maioria dos respondentes alegou não estar endividada, no entanto, (39,62%) afirmam que suas obrigações mensais comprometem mais de (30%) de sua renda, enquanto (34%) afirmam ter mais de (60%) de sua renda comprometida chegando, em alguns casos, a ser superior a (90%) da renda comprometida com prestações/obrigações mensais.

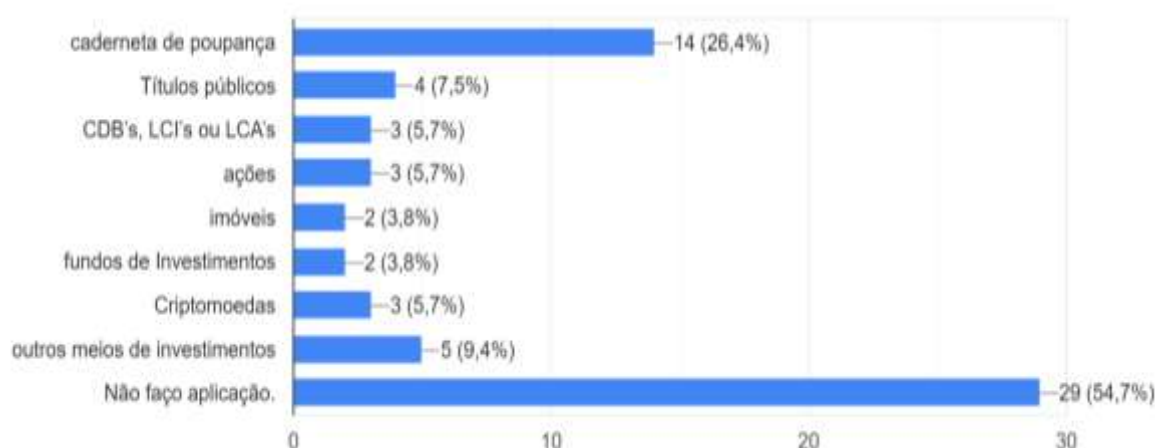
Nesse contexto, observa-se que a falta de um bom planejamento financeiro em conjunto com um baixo nível de educação financeira são determinantes para uma maior propensão ao endividamento, o que acaba por prejudicar a qualidade de vida do indivíduo.

Em sua pesquisa, Lusardi e Tufano (2015) afirmam que muitos indivíduos são incapazes de tomar decisões financeiras sólidas e eficientes em virtude do seu baixo nível de educação financeira, e demonstraram que o comportamento de gerir suas finanças tem um impacto direto no nível de endividamento do indivíduo.

Dando continuidade, os servidores foram questionados sobre investimentos, com o objetivo de identificar se os mesmos realizavam algum tipo de investimento, por exemplo: poupança, renda fixa e renda variável, para fins de economizar dinheiro ou mesmo como forma de renda extra. No gráfico 6 estão apresentados os resultados referentes aos tipos de investimentos realizados pelos servidores públicos.



Gráfico 6 – Investimentos realizados pelos servidores



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Quanto aos investimentos realizados, constatou-se que a maior parte dos respondentes não realizam nenhum tipo de aplicação do seu dinheiro, muito pela falta de conhecimento financeiro e pelo endividamento, o que os impede de acumular recursos e formar um patrimônio para poder viver uma aposentadoria mais tranquila.

Em segundo ficou os investimentos em poupança, que se trata de um investimento simples e bem popular, de acordo com Sousa e Galvão Júnior (2021) um dos maiores desafios acerca de investimentos é convencer as pessoas a deixarem a poupança, que apesar de simples e acessível, não possui uma boa rentabilidade, nem segurança e em longo prazo acaba perdendo para a inflação.

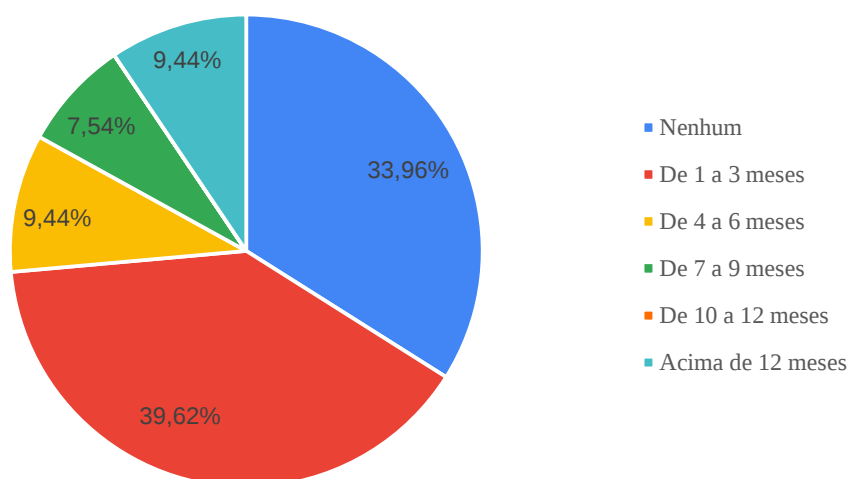
Ao todo houve investimentos tanto em renda fixa quanto em renda variável, porem com maior prevalência nas opções de renda fixa, podendo caracterizar o perfil de investidor dos respondentes como maioria conservadores, pois se expõem a produtos de baixo risco e com rentabilidades mais baixas, e outros com o perfil mais arrojado, que aceitam correr mais riscos para obter maiores rentabilidades (SOUSA; GALVÃO JÚNIOR, 2021).

O investimento é uma alternativa para evitar o endividamento, pois é investindo que o capital é aplicado na esperança de uma rentabilidade gerada pelos ativos financeiros, o que proporciona uma aposentadoria mais fácil, adquirir bens ou simplesmente acumular patrimônio (SOUSA; GALVÃO JÚNIOR, 2021).

Por fim, foi questionado a respeito da reserva de emergências, que segundo Nigro (2018) se trata de um valor reservado para lidar com imprevistos e gastos que podem desequilibrar de forma significativa o orçamento pessoal, sendo algo muito importante para qualquer pessoa. No gráfico 7 segue os dados obtidos sobre a reserva de emergência dos servidores públicos.



Gráfico 7 – Reserva de emergência dos servidores



Fonte: Dados da Pesquisa (2021).

Para se entender se os respondentes possuíam uma reserva de emergência e em caso de imprevistos o quanto essa reserva conseguiria cobri-los. Para isso foi criada uma situação hipotética para os respondentes, que em caso de perda total de suas fontes de renda (salário, pró-labore, outros rendimentos) por quantos meses conseguiria manter seu atual padrão de vida utilizando suas economias.

Como resultado a essa pergunta observou-se que (33,96%) afirmaram não conseguir manter em nenhum momento o seu padrão de vida, dando a entender que os mesmos não possuem uma reserva de emergências, o que os coloca em uma situação de risco em casos de algum imprevisto de qualquer natureza.

Segundo Sousa e Galvão Júnior (2021), o ideal para uma reserva de emergência é que ela compreenda um valor correspondente a no mínimo 6 (seis) meses do custo de vida do indivíduo. De acordo com os dados obtidos, apenas (17%) possuem uma reserva de emergência ideal para lidar com imprevistos que exijam a contração de uma dívida.

A maioria ficou localizada entre 1 (um) a 6 (seis) meses, o corresponde a um valor abaixo do mínimo ideal, o que demonstra a falta de preocupação e de planejamento financeiro por parte dos respondentes, pois caso aconteça algo significativo como por exemplo uma demissão inesperada, os mesmos não tem estrutura para evitar que seu orçamento venha ficar em déficit.



5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo evidenciar o planejamento financeiro pessoal e o nível de educação financeira dos servidores públicos, que atuam na de forma ativa na prefeitura municipal situada em Marizópolis-PB. Como objetivos específicos, avaliar seus níveis de endividamento e alternativas de investimentos realizadas pelos mesmos.

Diante dos resultados obtidos, percebe-se a importância da educação financeira para o desenvolvimento pessoal, econômico e social do indivíduo, desenvolvendo habilidades para tomar decisões mais seguras e utilizar de ferramentas de controle para realizar um planejamento financeiro mais eficiente, melhorando a qualidade de vida e diminuindo sua propensão ao endividamento.

A pesquisa evidenciou a dificuldade dos servidores em controlar suas finanças, bem como a ausência de planejamento pessoal eficiente, o que gera endividamento através do comprometimento de suas rendas mensais em parcelas/obrigações. Torna-se claro também que poucos buscam alternativas para contornar essa situação, como realizar algum tipo de investimento, e não possuem uma reserva de emergência, o que os coloca em uma situação de risco em casos imprevistos de qualquer natureza.

Os resultados também ressaltam a preocupação quanto a dificuldade de acesso da população à conhecimentos na área de finanças, tendo em vista que é algo essencial para se garantir uma melhor qualidade de vida no curto, médio e longo prazo.

Ademais, o presente estudo conseguiu alcançar os objetivos propostos, onde foi evidenciado como se dá o planejamento financeiro dos servidores públicos de Marizópolis-PB. Por fim, esta pesquisa contribui não somente para a melhoria de vida dos servidores que participaram e do meio social onde estão inseridos, como para a reflexão e debate acerca da importância e impacto da educação financeira e planejamento financeiro no âmbito pessoal e social, demonstrando a importância do tema para a atualidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. S. *et al.* A Importância da Educação Financeira: Um Estudo no Ensino Profissionalizante. **Revista de Graduação USP**, v. 4, n. 1, p. 125-137, 2020.

CHEROBIM, E. **Finanças pessoais**: conhecer para enriquecer! São Paulo: Atlas, 2011.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO.

Pesquisa de endividamento e inadimplência do consumidor. 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/01/endividamento-2020n-cnc-29jan2021.pdf>. Acesso em: 05 de nov. 2021.

COSTA, W. P. L. B. *et al.* Planejamento Financeiro Pessoal. **Revista Ambiente & Organizações**, v. 1, n. 1, p. 20-37, 2021.

DA SILVA, J. G.; SILVA NETO, O. S.; ARAÚJO, R. C. C. Educação financeira de servidores públicos: hábitos de consumo, investimento e percepção de risco. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 5, n. 2, p. 104-120, 2017.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and overindebtedness. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 14, n. 4, p. 332-368.

MARQUES, M. F. S.; TAKAMATSU, R. T.; AVELINO, B. C.. Finanças pessoais: uma análise do comportamento de estudantes de Ciências Contábeis. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 17, n. 3, p. 819-840, 2018.

NIGRO, T. **Do mil ao milhão**: sem cortar o cafezinho. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

OLIVEIRA, H. M.; SILVA, J. O. Perfil do profissional contábil: Um estudo de suas habilidades. **Anais ... Congresso UFSC de controladoria e finanças & iniciação científica em contabilidade**. 2014. p. 1-15.

OLIVEIRA, S. F.; SANTANA, P. M. Financial education at workplace. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 13, n. 1, p. 123-149, 2019.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Improving financial literacy**: analysis of issues and policies. OCDE, 2005.

OROZIMBO JÚNIOR, M. L. *et al.* **A educação financeira como mitigação do superendividamento**: um estudo de caso com servidores públicos. 2021.

PEIXOTO, C. O. **Planejamento financeiro pessoal frente ao parcelamento de salários**: um estudo com os funcionários públicos do estado do Rio Grande do Sul. 2018.

PEREIRA, L. *et al.* A Contabilidade como instrumento de controle das Finanças Pessoais: a percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis de uma universidade comunitária do norte de Santa Catarina. **Congresso Internacional De Administração**, 2015, Ponta Grossa. Anais... Ponta Grossa, 2015.

SANTOS, J. O. **Finanças pessoais para todas as idades**: um guia prático. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância Do Planejamento Financeiro No Processo De Controle Do Endividamento Familiar: Um Estudo De Caso Nas Regiões Metropolitanas Da Bahia E Sergipe. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.



SOUSA, C. L. O.; GALVÃO JÚNIOR, P. F. M. O impacto da educação financeira nos orçamentos pessoais e para os investidores no Brasil. **Revista Campo do Saber**, v. 6, n. 2, 2021.

TEMÓTEO, A. Servidores públicos estão cada vez mais endividados. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jul. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/07/19/internas_economia,695866/servidores-publicos-estao-cada-vez-mais-endividados.shtml. Acesso em: 05 de out. 2021.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.